



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 71

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 11 DE MAIO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de maio de 1968, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição, nº 5, de 1967, que acrescenta um item ao art. 45, um parágrafo ao art. 161 e altera a redação do art. 150 da Constituição, tendo parecer da Comissão Mista, sob nº 22, de 1968 (CN), pela rejeição, com voto vencido do Relator primitivo Deputado Wilson Martins.

SESSÃO CONJUNTA

Em 15 de maio de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1968, que altera o art. 100 da Constituição do Brasil (Aposentadoria dos funcionários), tendo Parecer, sob nº 20, de 1968, da Comissão Mista, contrário ao Projeto.

CALENDÁRIO DAS SESSÕES DO CONGRESSO A SEREM REALIZADAS NO MÊS DE MAIO DO CORRENTE ANO

DIA 14 DE MAIO, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS — TERÇA-FEIRA

P.E.C. nº 5-67 — que acrescenta um item ao art. 45 e um parágrafo ao art. 161 e altera a redação do art. 150 da Constituição.

**DIA 15 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUARTA-FEIRA**

P.E.C. nº 1-68 — que altera o art. 100 da Constituição do Brasil (aposentadoria dos funcionários).

**DIA 16 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUINTA-FEIRA**

P.E.C. nº 2-68 — que suprime o art. 53 e seu parágrafo único da Constituição.

**DIA 21 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
TERÇA-FEIRA**

P.E.C. nº 3-68 — que suprime o inciso I do art. 60 da Constituição, e dá outras providências.

**DIA 22 DE MAIO DE 1968, AS 21 HORAS E 30 MINUTOS
QUARTA-FEIRA**

PL 13/68 (CN) — que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea «b», da Constituição, os municípios que especifica, e dá outras providências.

**DIA 23 DE MAIO DE 1968, AS 9,00 HORAS DA MANHÃ
QUINTA-FEIRA**

PL 14/68 (CN) — que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

**DIA 2º DE MAIO DE 1968, AS 9,00 HORAS DA MANHÃ
TERÇA-FEIRA**

PL 15/68 (CN) — que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências.

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 28 DE MAIO, AS 21,30 HORAS — (4ª FEIRA)

Projeto no S.F. 37-68 — C.D. 4.462-68 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Projeto no S.F. 186-62 — C.D. 1.081-59 — Dispõe sobre as Polícias Militares e dá outras providências.

DIA 29 DE MAIO DE 1968, AS 21,30 HORAS — (5ª FEIRA)

Projeto no S.F. 141-67 — C.D. 277-67 — Reabre o prazo de reinclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Projeto no S.F. 2-68 — C.D. 744-67 — Modifica a redação do art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Projeto no S.F. 4-68 — (CN) — Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967 e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

Projeto no S.F. 76-67 — C.D. 1.823-64 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de NCr\$ 600.000,00, destinado à cobertura de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

ATA DA 73ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Alvaro Maia
Edmundo Levi

Milton Trindade
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Lúcia de Barros
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Euzébio Rezende
Mário Martins
Gilberto Marinho
Lino de Mattos

SENADO FEDERAL

Péricles Pedro
Pedro Ludovice
Bezerra Neto
Guido Mondin
Danlei Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata

O Sr. 3º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 250-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº: GB-144, de 8 de maio de 1968).

N.º 295-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso n.º GU-150, de 8 de maio de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Sobre a matéria requerimentos que serão lidos, pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento n.º 498, de 1968

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Indústria e do Comércio, as seguintes informações:

1) qual foi a produção de juta, por safra, em tonelagem, nos anos de 1965, 1966 e 1967; e qual a produção prevista para a safra de 1968;

2) se o consumo nacional tem absorvido a produção ou se tem havido excedente;

3) no caso de deficit, em quanto montou este nos anos citados no quesito 1.º, e, na hipótese de excesso, qual o seu montante, em tonelagem, nos mesmos anos.

Justificação

Publicou a revista "Cadernos Germano-Brasileiros" a seguinte notícia:

"Acordo Comercial com o Paquistão — Está prevista, num acordo comercial entre o Brasil e o Paquistão, a exportação brasileira de minério de ferro, café, dormentes e diversas madeiras e a importação de juta, algodão, papel de imprensa, cimento, apêtes e obras artesanais do Paquistão."

2. São conhecidas as dificuldades da juteicultura amazônica: excesso de produção, falta de assistência técnica e creditícia, negações e retraimento de consumo são algumas dessas dificuldades mais constantes.

3. Entretanto, segundo a notícia transcrita, projeta-se acordo com o Paquistão no qual ao inclui a importação de juta.

4. Se verdadeira a notícia, por certo articula-se o aniquilamento de uma atividade já tão precária mas que, de qualquer maneira, constitui hoje a viga mestra da economia de vasta área da região amazônica.

Brasília, Sala das Sessões, maio de 1968. — *Edmundo Leri.*

Requerimento n.º 499, de 1968

Sr. Presidente,

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

— Quais as providências, no âmbito desse Ministério, visando à transformação da Mesa de Rendias de São Sebastião, município do Estado de São Paulo, em Alfândega?

Justificação

O porto de Santos, acumulado com excesso de embarques e desembarques, não oferecendo condições econômicas de ampliação, encontrará alternativa no porto de São Sebastião, próximo do Vale do Paraíba e também próximo do Rio de Janeiro e do Estado de Minas Gerais. Também São Sebastião se encontra diretamente ligado ao interior industrial de São Paulo, Campinas, Jundiaí, Americana, Sumaré e outros da nova e moderna rodovia São José dos Campos-Campinas.

A transformação da Mesa de Rendias de São Sebastião em Alfândega seria o primeiro e importante passo para transformar este porto em parada opcional para navios de todas as bandeiras que demandam o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1968. — *Senador Lino de Mattos.*

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso nos Offícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Requerimento n.º 500, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

— Quais as providências, no âmbito desse Ministério, visando à transformação da Mesa de Rendias de São Sebastião, município do Estado de São Paulo, em Alfândega?

Justificação

O porto de Santos, acumulado com excesso de embarques e desembarques, não oferecendo condições econômicas de ampliação, encontrará alternativa no porto de São Sebastião, próximo do Vale do Paraíba e também próximo do Rio de Janeiro e do Estado de Minas Gerais. Também São Sebastião se encontra diretamente ligado ao interior industrial de São Paulo, Campinas, Jundiaí, Americana, Sumaré e outros da nova e moderna rodovia São José dos Campos-Campinas.

A transformação da Mesa de Rendias de São Sebastião em Alfândega seria o primeiro e importante passo para transformar este porto em parada opcional para navios de todas as bandeiras que demandam o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1968. — *Senador Lino de Mattos.*

Requerimento n.º 501, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio o seguinte pedido de informações:

1) Quanto tratores foram vendidos no Estado de São Paulo desde 1960?

2) Qual o motivo por que as fábricas de tratores não fazem uso de toda a capacidade de produção instalada?

3) Qual a margem de capacidade ociosa com que vem operando a indústria brasileira de tratores?

4) Quais as causas do reduzido mercado de compra de tratores?

5) Quais os motivos que determinaram a paralisação da linha de tratores da Ford?

6) Quais as razões determinantes da queda da produção seriada de tratores?

7) Quais as providências governamentais tendentes a conter a alta do custo de fabricação de tratores?

8) Quais as medidas creditícias tomadas pelo Governo visando a propiciar ao fabricante e ao fazendeiro acesso a financiamentos que atendam às necessidades de um e de outro?

9) Quais os motivos que têm justificado a autorização a alguns Governos estaduais de importarem tratores quando a indústria nacional tem capacidade ociosa?

Sala das Sessões, 10 de maio de 1968. — *Senador Lino de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Os Requerimentos lidos não dependem de apoio nem de deliberação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, des-

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Maia.

O SR. ALVARO MAIA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vim à tribuna, nesta sexta-feira, com um Plenário melancólico, para tratar de assunto aparentemente secundário, mas de grande responsabilidade para alguns Estados e para a própria Nação.

Venho defender, em face do momento que vivemos, decorrente das responsabilidades constitucionais, o índio de nosso País, relegado ao desprêzo, ao abandono, à tristeza.

Diz-se — Mas em outros países da América ou em outros pontos do mundo prevalece, talvez, a mesma situação.

Não, Sr. Presidente. Em 1940, realizou-se no México, a I Grande Conferência de Defesa do Índio Americano. O Brasil ali compareceu, responsabilizando-se, pelos seus delegados, a manter ou a proclamar as doutrinas, então sustentadas e consubstanciadas no trabalho do índio, no seu amparo, no apoio enfim, ao índio americano. Veja-se, por exemplo, o panorama dos Estados Unidos.

Agora mesmo, clichês na propaganda de Bob Kennedy, dão o candidato apertando a mão de um taxauá dos Sioux, que vinha apresentar, em praça pública, as necessidades do programa dos índios americanos. E ele o recebeu com a máxima atenção para se eleito, executá-lo.

Quanto ao México, vizinho dos Estados Unidos, ainda há pouco tempo, no ano passado, um escritor nosso — Erico Veríssimo — proclamou como o índio é tratado naquele País. Diz-se — que o México tem mais ou menos 60% de população asteca, ou seja, de índios. Devemos, também, dizer que, desses índios desses astecas, vieram até Presidente da República, condutores de massas, para proclamar a independência do México, como, por exemplo, Juárez; depois, Cardenas, e outros condutores. E, hoje, o índio mexicano, o mexicano de procedência asteca tem os mesmos direitos que o branco, nas usinas, nas zonas rurais, em toda a parte.

Saem, até, das universidades e das escolas secundárias, para o trabalho. Não venho afirmar, naturalmente, que todos são iguais, que todos os índios são assim, mas o fato é que, das levas indígenas, saem médicos, advogados, industriais, políticos, etc.

O Sr. Bezerra Netto — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com muita honra, com muito prazer!

O Sr. Bezerra Netto — V. Exa. tem toda a razão, porque as figuras expostas da população mexicana, que portem o sangue mestiço, quando apresentadas a estrangeiros, a autoridades internacionais que visitam o México, fazem questão de frisar sua condição de pertencente à raça índia mexicana.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte de V. Exa., ilustre Senador Bezerra Netto, porque, além de tudo, V. Exa. pertence a uma região rica da região amazônica, onde aqueles índios de outros tempos, na sua maioria goianos, imprimiam um acento de coragem e de lealdade nos próprios costumes do País.

Mas, Sr. Presidente, outros países além do México, como a Colômbia, e a Bolívia, onde não existe adiantamento, quanto ao setor indígena, aí, também, os índios trabalham com grande responsabilidade, embora, naturalmente, com seus costumes.

Levamos os estudos a apresentar as seguintes conclusões e observações: nascemos no Brasil — nascemos, quer dizer, da independência brasileira — e, tempo depois, tínhamos duas massas escravas — os nossos irmãos negres e os nossos irmãos índios. Os nossos irmãos negros, de qualquer forma libertos depois, e respeitando o País, nossos irmãos no trabalho e nas ideias das conquistas do nosso País. Pergunto: e os nossos irmãos índios? Foram varridos para as florestas, porque não se renderam, talvez, mas também porque não houve o menor amparo em relação à sua vida.

O ilustre Presidente da República promete, em julho próximo, realizar uma viagem ao Extremo-Norte do País, para proclamar o Plano de Integração da Amazônia, de acordo com as bases assentadas, ultimamente, e assegura S. Exa. ou o Sr. Ministro do Interior, que o índio será respeitado e nas suas terras, amparado.

Sabemos todos que o índio tem o amparo quanto às terras e ao que as terras produzirem. Na Constituição Federal e na Constituição do meu Estado há a mesma coisa.

Tais promessas do Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro do Interior efetivarão, se realizadas, a integração desses milhares de indígenas à nacionalidade brasileira, porque há, ainda, outro fato interessante: o índio abandonado na floresta, certamente, não pode produzir; mas os índios chamados à civilização pelas Missões religiosas, notadamente salesianas, são militares, são cidadãos, são homens de produção, são soldados que reagem em benefício do próprio Brasil.

Ora, Sr. Presidente, enquanto falamos nas conquistas revolucionárias, enquanto acreditamos nas transformações sociais do Brasil, lemos os jornais e vemos demonstradas verdadeiras matanças de indígenas, em todo o território nacional.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com muita honra.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — C aspecto que V. Exa. acaba de focalizar é o mais doloroso que nós, brasileiros, podemos sentir e comentar neste País. Referiu-se V. Exa. à integração do índio na civilização nacional.

Realmente, é o grande ideal de todos nós, de todos os brasileiros, de todos os patriotas. Mas, esse ideal que o Presidente da República assinala ou afirma que cumprirá, integrando o índio nacional na sociedade brasileira, tratando-o como um ser humano a realização desse ideal na verdade há de merecer todos os nossos aplausos. Mas, se se puse termos, de uma vez por todas, à cenas de selvageria, ao morticínio que se tem verificado, de tempos em tempos, dos índios brasileiros, já é sem dúvida, algo de conquista, algo que agradecerá aos nossos corações. Sabe V. Exa., conhece V. Exa. o que tem ocorrido, em relação aos indígenas brasileiros. A conquista que se vem fazendo do índio é à força bruta, à força armada. O indígena, por sua psicologia, sempre é desconfiado. Se tem medo do branco, se se afasta do branco é por instinto de conservação, de temor, de receio. Pela psicologia que o caracteriza, mais se mostrará mais se lançará nas matas

endo, além da natureza, se se re-
tem as cenas de barbárie, de sel-
ria, de massacre dos índios. V.
tem sempre a solidariedade do
lado, quando trata dos problemas
Amazônia, sobretudo desta que,
m de designar o braço que precisa
integrado na economia do país,
trabalho, e no esforço para a con-
sta da civilização, apresenta,
mbém, no aspecto humano, a ne-
sidade de tratar-se como um ir-
o aqueles que, quando Cabral pi-
a as terras brasileiras, andavam
as praças revelando os primeiros
bitantes desta nossa pátria, que
dev ser grande, feliz e forte. Tem
Exa. a nossa solidariedade nos
nentários que está fazendo e nos
peramos e todos os brasileiros o-
eram que o atual Presidente da
pública cumpria essa promessa hu-
na e patriótica que acaba de fa-
a toda Nação Brasileira.

O SR. ALVARO MAIA — Agrade-
o aparte esclarecedor do nobre
nador e prezado amigo Argemiro
Figueiredo.
Realmente, onde há barbárie o in-
foje para a máfia até para se
fender. Quando, entretanto, em vez
barbárie, as mãos se entendem o
nam pela aproximação do índio,
se aproxima e disto há provas.
Exemplo, no momento em que
lesiança, Franciscanos, outros reli-
sos mesmo, pastores protestantes,
enderam as mãos, em lugares in-
valados, aos índios que ali moravam
e índios aproximaram-se das mis-
religiosas, dos pastores e até dos
próprios de seringais. V. Exa.
a toda a razão estabelecendo a di-
ença entre a fuga do índio ante
barbárie e a sua reação frente a
ões abertas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — E
demonstração desta psicologia do
lio, a que V. Exa. se está referin-
foi constatada pela ação dos pró-
jesuitas, no período da coloni-
ção.

O SR. ALVARO MAIA — V. Exa.
a ampla razão.
Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores
a situação do Brasil, esse escanda-
nacional já está repercutindo para
m das nossas fronteiras.
Penhe aqui, por exemplo, o "Cor-
da Manhã", de abril. Houve uma
nferência em Patzcuaro, no Mé-
o. O nosso delegado junto a essa
nferência, pelo que ouço, homem
recursos e de inteligência mas sem
nde habilidade para representação
exterior, descreveu ante a Confe-
rencia a situação do índio no Bra-
No fim, para encurtar o que es-
tá dizendo — porque é longa a
nferência — os jornais mexicanos,
re outros o jornal semi-oficial, "El
iversal", esses jornais apelaram para
a Conferência e apelaram para a
sciência de todos os povos, no
tido de incluir o Brasil como Na-
criminoso. Nação que está pra-
ando crimes de ordem geral, en-
a Nação que está praticando o ge-
nócio.

certamente esta figura jurídica do
nócio, não iremos analisar aqui.
as, o primeiro ímpeto daqueles
egados e amigos do Brasil, quanto
declarações do Delegado brasileiro
re as matanças e aprisionamentos
crianças indefesas, o abandono
do índio na fronteira, foi pedir
nar para que este País, criminoso
particular, seja chamado à or-
n porque praticou genocídio.

não é só no México. Aqui está
ncluída, ou se realizou ou vai re-
ar-se a Conferência dos Direitos
manos, em Teerã. Nessa Confe-
rencia quase todos os países serão
representados, e já os Delegados socia-
e o representante da França
abém apelaram, ou vão apelar ain-
para os conferencistas no senti-
ante as demonstrações de matan-
de miséria e de abandono dos
ios, de incluírem o Brasil, por sua
no genocídio.

Mas isto é uma ilusão! Não é. Não
é porque houve uma Conferência,
um Congresso, no ano passado, em
que os delegados acusaram os Estados
Unidos do mesmo crime, e com o
Vietnam, dizendo que os Estados Uni-
dos são genocidas, ou que praticam
o genocídio.

Ante a acusação, e porque se trata
de uma guerra, foi submetido o caso,
a acusação ao plenário de homens
cultos. E esse Plenário então, por
unanimidade, considerou os Estados
Unidos incurso no crime de genoci-
dio. Foi relatado neste Congresso um
homem de irradição universal, Jean
Paul Sartre.

O Sr. Edmundo Levi — Permite
V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Com pra-
zer.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. ao
iniciar o seu magnífico discurso, dis-
se que, aproveitando esta tarde me-
lancólica do plenário, iria tratar de
um assunto à primeira vista secun-
dário, mas, na verdade, de alta rele-
vância para a própria Nação.

Os documentos que V. Exa. está
lendo demonstram, realmente, tratar-
se de um problema de alta importân-
cia para o País. Aquêles crimes mon-
truosos, há pouco tempo denunciado,
repercutiu nas capitais dos países
mais civilizados do mundo e, realmen-
te, a acusação de genocídio passou a
pesar sobre o Brasil. Em verdade, nós,
que somos homens do interior ama-
zônico, principalmente V. Exa. que,
ao invés de uma mão preta, como
muitos afirmam ter sido e com mui-
ta honra, V. Exa. teve mão índia —
e eu convivi na minha infância, na
minha meninice, com índios caramari,
caxinaua e tuxaua — nós conhecemos
muito bem a alma dos indígenas. Sa-
bemos que não é esse homem perva-
so, incapaz de distinguir entre o bem
e o mal. O índio apenas tem sido
através do tempo e da História, um
perseguido, um humilhado, um explo-
rado. Quando, porém, mão amiga se
estende para um índio, para um ca-
boclo, para o nosso ameríndio, ime-
diatamente verificamos que aquele
índio, aquela criatura humana, ao in-
vés de nos dar a sua mão dá-nos
também a sua alma. É um homem
bom, em geral. Não é aquele vulto
pintado pelos romancistas franceses,
do tempo do romancismo, mas um
homem como qualquer outro, capaz de
virtudes e capaz de defeitos. A admi-
nistração pública o que compete, por-
tanto, é tomar providências para, ao
invés de extinguir os índios, sobre-
do para que não sirvam de bucha de
canhão, nem sirvam de pasto aos abú-
rres que vivem de explorar a terra,
ao Governo compete tomar providên-
cias para canalizar a sua afetividade,
a sua capacidade de trabalho e a in-
teligência que possuem, num sentido
construtivo e trazê-los para o conví-
vio da civilização para que eles, com-
preendendo que são os verdadeiros au-
toctones desta terra, possam, cada vez
mais, compenetrar-se das suas respon-
sabilidades e, ao mesmo tempo, adap-
tar-se à civilização de sua terra e aos
costumes dos civilizados. De maneira
que o discurso que V. Exa. faz é uma
advertência para que os homens de
responsabilidade do País não deixem
que crimes tão bárbaros como esses
cometidos ultimamente e que têm
provocado inclusive comentários inter-
nacionais, continuem impunes.

E também uma advertência para
que não se faça um arremêdo aparen-
te de punição — porque existem vul-
tos de projeção envolvidos naqueles
atos — e que não fiquem completa-
mente sem os resultados da corres-
pondam à expectativa da consciên-
cia nacional. Assim, nesta tarde, em-
bora melancólica para o Senado, mas
que na verdade, é de grande impor-
tância, porque todos o estamos ou-
vindo com a máxima atenção, e dan-
do-lhe inteiro apoio, V. Exa. está
produzindo uma magnífica peça para
que a Nação dela tome conheci-
mento.

O SR. ALVARO MAIA — Agrade-
co o aparte, Senador Edmundo Levi.
V. Exa. nasceu naquelas florestas do
Alto Juruá e trouxe uma demonstra-
ção interessante aqui. É que, ordi-
nariamente, se acusa o índio ou a
índia de barbárie ou de indiferença
e V. Exa. veio dizer, ou denunciar
que tanto homens e mulheres do
Amazonas e do interior foram con-
duzidos e mortos por índias. Quer
dizer, que receberam o carinho para
a vida do leite da índia; talvez dife-
rença do leite de mãe, mas que traz
exatamente a coragem, a docura e o
sacrifício das tribos que conhecemos.

Agade o seu aparte. Não pode-
ria ser outro, porque V. Exa. tam-
bém viveu no meio dos índios, seus
genitores trabalharam entre índios
do Alto Juruá e V. Exa. traz um de-
poimento de verdade de sensibili-
dade e de amor. Muito obrigado, Sr.
Senador.

Mas, Sr. Presidente, estava aqui
tentando definir a situação do nosso
país revolucionário, que vai pulando
do subdesenvolvimento para uma si-
tuação melhor. O "Correio da Ma-
nhã" trata, num artigo de fundo, de
um caso trágico: genocídio. Entre
outras considerações, diz o seguinte:

"Por que essa legião de crimes,
de genocídio contra os índios,
perpetrados exata e precisamen-
te, pelo órgão do Governo insti-
tuído para a protegê-los? Nas origens
de tais atos de barbárie es-
tão os motivos mais torpes: ceder
terras a latifundiários, nego-
ciá-las com estrangeiros e facilitar
o contrabando de minérios,
como ocorreu na Rondônia."

Mais adiante, citando o Ministro
Albuquerque Lima, o articulista, o
jornal a imprensa diz que espera ação
do Governo para que cessem essas
misérrimas praticadas com uma traição
enorme. Porque, devo acrescentar, o
índio é corajoso. Desde que não seja
atacado por arma superior, por arma
de guerra, rifles, fuzis, etc., ele é co-
raçoso.

Mas, Sr. Presidente, há aqui um
caso interessante e para este é que
devemos prestar muita atenção: os
índios que aprenderam um pouco
mais estão seguindo os passos dos ci-
vilizados. Por exemplo: na Vene-
zuela, as tribos indígenas conferen-
ciaram, uniram-se, realizaram um
verdadeiro congresso e dentro das
normas ali aprovadas foram bater às
portas do Governo, para solucionar
os seus problemas.

E passando da Venezuela para o Bra-
sil, temos ainda um caso grave, já co-
nhecido pelo Governo e com as pri-
meiras providências do Sr. Ministro
do Interior, ocorrido no norte de Ma-
to Grosso e no sul do Amazonas. Aqui
está uma demonstração: mais ou me-
nos 5.000 índios — porque ninguém
pode contar — em barracas de palha,
num acampamento grosseiro, esperan-
do que passem as chuvas, que cessar o
inverno, para aguardar em pretes de
luta os grupos civilizados que, ten-
tando explorar o minério, vêm tomán-
do as terras e chacinando as tribos.

Esses 5.000 índios encontram-se nas
suas casas, à espera do momento trá-
gico de enfrentar a guerra.

Ora o Sr. Ministro do Interior de-
clara que tem as providências e
que um batalhão se encontra na Ron-
dônia, entre Porto Velho e Acre já
mais ou menos prevenido para uma
ação qualquer em torno dessa van-
guarda ameríndia que se encontra na
Amazônia.

Pergunto, Sr. Presidente, se esse
batalhão porventura — não o julgo
capaz disso — irá fazer uso de me-
talhadoras, de bombas, de fuzis, pa-
ra enfrentar esses 5.000 índios que
desejam o respeito às suas proprie-
dades, se esse batalhão não vai dia-
cinar, fazer o que os outros fizeram.

Dai o grande apelo que levanto em
prol desses grandes brasileiros sacrifi-
cados, brasileiros como nós, que, uma
vez amparados, poderão produzir nas

usinas, nos seringais, nas fábricas, em
toda parte onde haja trabalho.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Se-
nadores, que providências sejam toma-
das ou, então, esta ameaça de geno-
cídio não tem valor algum para o Bra-
sil. De que serve possuímos uma re-
sistência indígena, de várias mani-
festações, de grandes carquilhas, vi-
tórias os sentidos da lei, em 1950,
há mais de quarenta anos, e esta
raça americana, o índio, está
completamente abandonado? Desde o
começo do século os brasileiros são
responsáveis daquela época — e
nacionais e civis — viuham lutando e
clamando pelo amparo do índio. E o
que vemos, hoje, por este imenso Pa-
ís, é ainda o abandono. Mas há uma
diferença, provando que o índio, quan-
do amparado, pode produzir. Por exem-
plo, pelo que eu li — ainda não visitei
demoradamente o Rio Grande do Sul
— lá existem índios fazendeiros; orão
que em Mato Grosso há índios que
possuem gado, que trabalham, que es-
tão internados ou pertencem à civili-
zação brasileira, e, lá, no meu Es-
tado, vamos dizer, em Rondônia, os
índios estavam mais ou menos, como
dizem, possuidores de gado — qua-
tro ou cinco cabeças de gado — e
foram expulsos, varridos das suas pro-
priedades e obrigados a internar na
selva.

Contra isso, contra esse extermínio
é que devemos levantar o nosso gra-
to de guerra, e dar a esses índios que
se aproximam da civilização o ara-
paro que merecem.

"Não vou entrar aqui — não tenho
tempo mesmo — no aspecto cultural
do índio. Ainda no ano passado um
grande escritor, etnólogo e histori-
dor, Nunes Pereira publicou um li-
vro, em dois volumes, pela Civilização
Brasileira, em que arquivou as len-
guas, as histórias de tribos indígenas.

Esse grande livro prova o que está
sendo perdido por aí agora, não pró-
priamente em trabalho e economia,
mas nas artes, na cultura e na inte-
ligência do índio, que contribuiu pa-
ra formação do nosso País.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa.
permite um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Estou
ouvindo com a devida atenção o dis-
curso de V. Exa., retratando uma fa-
se, uma época da colonização na
Amazônia, defendendo os nossos ín-
dios tão castigados, muitas vezes rebe-
lados contra os civilizados pela falta
de consideração ou caridade destes.
V. Exa. nas suas palavras, demonstra
ser valoroso revolucionário de 30 que,
ao lado de Magalhães Barata, terçou
armas para manter inteira a ama-
zônia. Estou inteiramente solidário
com V. Exa. que, neste momento, as-
sinala fielmente um capítulo da his-
tória da nossa civilização.

O SR. ALVARO MAIA — Agra-
deço o valioso aparte do nobre Se-
nador Lobão da Silveira, em que re-
corda a "Revolução de 30". Na rea-
lidade, fui um revolucionário de 30,
mas hoje sou um homem — vencido
pelos anos ou por outros motivos —
completamente pacato.

De modo que estou analisando a
situação não mais com aquela viva-
cidade, com aquela impetuosidade da
Revolução de 1930 e de depois da Re-
volução de 1930 mas à luz dos nú-
meros, dos livros, das demonstrações
positivas, que dão ao Brasil essa si-
tuação clamante, num país que se diz
desenvolvido, mas, neste particular,
país ainda subdesenvolvido, porque
abandona milhares de brasileiros, nu-
ma floresta, à inércia, deixando que
esses brasileiros, às vezes, transpo-
nem as fronteiras, como aconteceu
recentemente para atingir a Argen-
tina e a Colômbia e ter, ali, liberda-
de e o direito de rezar em paz, por-
que o país não lhes deu tudo isso.

E é exatamente para essa situação,
na hora em que o Sr. Presidente da
República promete ir ao Norte apli-
car um plano para a integração da
Amazônia que quero chamar, no Se-
nado da República, certo de que es-

tou defendendo não somente o homem isolado, mas tribos e tribos que, incorporadas à Nação, muito podem produzir. Lá no Extremo-Norte, em Mato Grosso e em outras áreas, onde são incorporados aos seringais, os índios produzem; se têm oportunidade de ir à escola, sabem ler. Conheço professores rurais, em Tapurucuará, o Alto Rio Negro, em cujas escolas prova que, se o índio tiver um lugar, excedente, numa universidade, em qualquer escola, esse índio será um brasileiro tão bom quanto os outros. Este é dever que temos, um pecado que está clamando na História e na consciência do Brasil há mais de 400 anos.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ALVARO MAIA — Pois não! O Sr. Bezerra Neto — A informação que V. Exa. citou, de expectativa de choque que se aguarda na região contra milhares de índios, é muito grave. Acredito que, por interesse dos interessados, das autoridades mazonenses tenha vindo comunicação mais objetiva para as autoridades pois, se não vamos assistir a um espetáculo inédito: tratar-se de índios com choque armado, mesmo ratamento que se está dando os movimentos estudantis e de trabalhadores. Era só o que faltava acontecer no Brasil... Deve haver divulgação dessa expectativa gravíssima, e evitar-se o fato consumado. Essa divulgação não será feita através da tribuna do Senado, da tribuna do Congresso em Brasília, dada a sua quase não ressonância no resto do País mas deve ganhar os títulos, os subtítulos e — se possível — as manchetes dos jornais. É coisa muito séria. Ainda há tempo de ser evitada e ser esclarecida.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço o aparte de V. Exa.

A respeito, devo informar que não recebi propriamente informações por memorizadas do Amazonas. Li na manchete dos jornais a notícia desse acampamento de 5 mil casas, não no Estado de V. Exa., Senador Bezerra Neto, que no meu. Mas são 5 mil índios que lá se encontram. Não é notícia vã, pois o Sr. Ministro do Interior determinou que para a região seguisse o sertanista Meirelles, que enviou um relatório comprovando toda a situação e declarando exatamente, como sertanista, como indiano que é — e criatura humana que esse problema deve ser estudado com absoluta paz, com absoluta sinceridade, enfim com espírito de brasilidade para evitar que amanhã uma facina se faça entre esses pobres índios que querem as suas terras, por forças, por absurdo que isto seja, que forem para lá para assegurar os direitos de invasores, de trabalhadores de minério, etc.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte? (Consentimento do orador) — Quando estamos em face de notícias dessa ordem, na expectativa de fatos dolorosos como esses, recordamos com saudade a figura do grande sertanista Marechal Rondon, aquele que tinha o lema: até certo ponto comovedor mesmo: "morrer sim; matar nunca!"

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço a V. Exa. o aparte, Senador Argemiro de Figueiredo.

Tive a honra de apertar a mão do Marechal Cândido Rondon.

Lembro-me — e V. Exa. também deve lembrar — de que quando éramos estudantes secundaristas uma grande parte do Brasil central, hoje recortado, tinha terras desconhecidas e habitadas pelos índios.

O Marechal Rondon um dia, em contato com o Presidente da República — penso que era Afonso Pena — propôs a primeira investida em via indireta, em direção da selva, cortando o Mato Grosso. Devemos ao Marechal Rondon o início, o batismo, a água de salvação para penetração em todo este País.

De modo que V. Exa. tem razão no seu novo aparte, e, na realidade, se por absurdo apenas, por uma questão de raciocínio o Marechal Rondon estivesse vivo era de sangrar de dor se não ouvisse os seus apelos a respeito deste fato.

Conheço um filho do Marechal Rondon, engenheiro. Faltou no Amazonas, e esteve comigo várias vezes, e é o primeiro a deplorar a situação do índio que o seu genitor ajudou a redimir do abandono em que vivia.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). V. Exa. é uma voz autêntica da Amazônia nesta Casa, como o são igualmente seus colegas de representação do Estado amazônense. Mas V. Exa. foi governador do Amazonas, em período já distante e por isto tem muita autoridade sobre os seus problemas porque os sentiu de perto, os viveu intensamente, numa época talvez mais difícil que a atual, mas que pouco dela deve diferir porque do seu tempo de governador até hoje, acredito que a Amazônia não recebeu ainda a ação modificadora do homem como era preciso, para sair do estado deplorável em que se encontra. V. Exa. merece todos os louvores pelo discurso que está proferindo neste momento. Desejo notar, a margem do que V. Exa. disse, que, se o Sr. Presidente da República vai ao Amazonas para lançar o programa de integração daquela região isto deve merecer a especial atenção de todos os brasileiros. Nas é possível integrar uma região como aquela sem a execução de um planejamento e de um programa capaz de tornar isto exequível. O que sabemos é que a SUDAM foi fundada com este objetivo com a finalidade de estabelecer o saneamento, a colonização, e desbravamento daquelas terras e não sei como o Presidente da República poderá, num simples discurso, promover obra de integração da Amazônia. Isto só será possível mediante a execução de um planejamento de ordem econômica. Sem o desenvolvimento econômico sem o atendimento do problema do saneamento, do problema do povoamento, do problema do aproveitamento do solo, das suas riquezas, isto não será possível e num espaço curto. Mas vamos aguardar a ida do Sr. Presidente da República ao Amazonas e ver quais as idéias novas que S. Exa. deve trazer para a integração dessa grande região que efetivamente, como V. Exa. acentua, vive abandonada, desprezada, esquecida pelos Governos brasileiros, embora muito tenham feito por ela o que puderam, mas isto é muito pouco diante do muito que ela necessita e reclama. Meus parabéns a V. Exa. pela atitude que está tomando neste momento.

O SR. ALVARO MAIA — Agradeço a V. Exa. o aparte, mas somos os primeiros a reconhecer que só o Amazonas tem um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados, com uma população de 900 mil habitantes. De modo que as autoridades que lá estiveram e as próprias autoridades federais de hoje não poderão resolver a situação sem planejamento. Mas na realidade o que diz aqui a informação atual é de que o Sr. Presidente da República como tem feito com dois ou três Estados, irá assentar as bases do Governo no Norte do País não sei se em Belém ou se em Manaus.

Então, nesse momento, quero tornar público o planejamento que foi realizado por uma comissão de trabalho e cuja síntese está no jornal. As bases desses planejamentos são a economia, a saúde e a colonização, e o Ministro do Interior, como princípio desse planejamento, pensa encaminhar 14.000 famílias, brasileiras de preferência, para a Amazônia Ocidental e, enfim, para o Vale Amazônico. Encaminhando essas 14.000 famílias, na base de 4 pessoas por famílias, natural-

mente já será uma grande leva humana e que eu, para falar sinceramente, penso ser difícil, a não ser a longo prazo.

Não deixo de reconhecer, entretanto, os propósitos do Sr. Presidente da República e do Ministro do Interior, que têm sido devotados no sentido de coloniar e integrar a Amazônia à Nação brasileira.

Além de tudo essas medidas são necessárias, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque há por aí, principalmente no Norte mas também no Rio de Janeiro, um clamor tremendo de que iremos perder a Amazônia, de que o americano vai abrir lagos ali de que é uma terra abandonada e que chineses, americanos, além de outros povos, olham com voracidade para se implantarem na Amazônia, enfim no Vale Amazônico.

Devo declarar, em sua consciência, que não acredito nessa vontade de tomar a Amazônia, pois a Nação brasileira, com 80 milhões de habitantes, com Exército e Forças Armadas para um caso supremo, não irá admitir que americanos ou chineses venham a se apossar do Vale Amazônico. Acredito na minha Pátria, acredito nesta terra em que nasci, confio nas nossas autoridades, nos seus propósitos e, se às vezes aqui estamos, como estou, apontando esse ou aquele erro, pedindo essa ou aquela providência, é porque naturalmente acredito que será tomada porque, ou será tomada, ou nosso índio desaparecerá.

E' este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um crime de 400 anos e nós devemos, mais do que nunca, dele nos redimir amparando essa agente, amparando esse povo para que produza e pertença enfim à Nação brasileira.

Tenho dito. (Muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Edmund Levi.

O SR. SENADOR EDMUNDO LEVI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Manoel Villaca
Pereira Diniz
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Milton Costa
José Leite
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Milton Campos
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Milton Menezes
Atílio Fontana

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se à

Ordem do Dia

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 386, de 1968) do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1968, que declara de utilidade pública a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Está encerrada.

Assim, encerrada a discussão, sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que seja submetida a votos a redação final, é ela considerada definitivamente aprovada, sem votação.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 386, DE 1963

Da Comissão de Redação

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1968.

Relator: Sr. Alvaro Maia

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 16, de 1968, que declara de utilidade pública a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Edmund Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 386-88

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1968, que declara de utilidade pública a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' declarada de utilidade pública, para todos os efeitos, a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 2:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1966 (nº 4.015-B, de 1962, na Casa de origem), que dispõe sobre as contribuições de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 6.244 de 5 de fevereiro de 1944, e o artigo 23 da Lei nº 5.107, de 13 de novembro de 1966 tendo: Parecer nº 385, de 1968 da Comissão de Redação, (oferecendo a redação do vencido Substitutivo aprovado em 23 de abril de 1968).

Em discussão o substitutivo em turno suplementar.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Não há emendas, assim, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem nova votação nos termos do artigo 275, § 5º do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, na Câmara dos Deputados o estudo do substitutivo do Senado, designo o Sr. Senador Antônio Carlos, que foi relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

PARECER

Nº 385, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1966 (nº 4.015-B, de 1962, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Alvaro Maia

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1966 (número 4.015-B, de 1962, na Casa de origem), que dispõe sobre as contri-

de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o artigo 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1968. — Lobão da Silveira, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 385-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1966 (nº 4.015-B, de 1962, na Casa de origem.)

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre as contribuições de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.317, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As contribuições de que tratam o art. 1º do Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, arrecadadas das empresas particulares, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos, serão destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, de acordo com a Lei nº 1.638, de 4 de agosto de 1952.

Art. 2º A arrecadação das contribuições de que trata o art. 1º será feita em quita própria mediante depósito, pelas empresas contribuintes do total devido mensalmente até o dia 30 de cada mês subsequente ao vencido, nas agências do Banco do Brasil S. A., à conta do Instituto Nacional de Previdência Social — Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha.

§ 1º O Instituto Nacional de Previdência Social exigirá, por ocasião do recolhimento das contribuições previdenciárias que lhe forem devidas pelas empresas mencionadas no artigo 1º, o comprovante do recolhimento pelas mesmas empresas da contribuição devida no mês anterior.

§ 2º O Instituto Nacional de Previdência Social conservará em seu poder uma via da quita de recolhimento restituindo as demais, de sua competência e vontade, ao contribuinte.

§ 3º Uma das vias da quita de recolhimento, após visada pelo Instituto Nacional de Previdência Social, será enviada pelo contribuinte, no prazo de 10 (dez) dias a contar da aprovação da quita, à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha.

§ 4º A falta ou o atraso no recolhimento das contribuições devidas sujeitará o contribuinte às mesmas penalidades cominadas à falta ou atraso no recolhimento das contribuições de previdência social devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social, cabendo ao mesmo Instituto a fiscalização do recolhimento e a imposição das multas e penalidades cabíveis.

§ 5º O Instituto Nacional de Previdência Social não expedirá certidão negativa de débito, para qualquer efeito, às empresas mencionadas no art. 1º se não estiverem em dia com o pagamento das respectivas contribuições.

Art. 3º O Instituto Nacional de Previdência Social fará entrega à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha do produto das contribuições efetivamente arrecadadas, para aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional marítimo.

Parágrafo único. Caberá à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha a gestão dos recursos assim recebidos e a comprovação junto

ao Tribunal de Contas da União, da aplicação desses mesmos recursos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Guilherme Mondim — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1968, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição do Brasil, tendo: Pareceres sob ns. 353, 359 e 360, de 1968, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Serviço Público, favorável e — de Finanças, favorável.

Em discussão o Projeto. (Pausa) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de o projeto ser submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado sem votação.

Vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 1968

Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público, de conformidade com o art. 177, § 1º, da Constituição do Brasil.

Art. 1º O servidor que, a 15 de março de 1968, houver preenchido as condições necessárias para aposentadoria, nos termos da legislação vigente a 15 de março de 1967, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação.

Art. 2º O serviço de pessoal competente fará, nos assentamentos individuais, mediante requerimento do interessado, as necessárias averbações, fornecendo ao servidor requerente a respectiva certidão.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a segunda-feira a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 13 DE MAIO DE 1968

(Segunda-feira)

1

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1936, de autoria do Senador Bezerra Neto, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial e dá outras providências, tendo:

Pareceres sob ns. 292 a 294, de 1968 das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável, com as emendas que oferece sob ns. 1 a 4 — CCJ voto, com restrições do Sr. Senador Wilson Gonçalves;

— de Economia, favoráveis ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

— de Finanças, favorável.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres que estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de

acordo com o número de vagas, e dá outras providências, tendo:

Pareceres sob ns. 367 e 368, da 1968 das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e

— de Educação e Cultura pela rejeição.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 13 de 1968 (CN), que "declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do Art. 16, § 1º, alínea b, da constituição os municípios que especifica, e dá outras providências"

Presidente: Senador José Leite.

Relator: Deputado João Roma.

Dia 14.5.68 — Apresentação do parecer, pela Comissão.

Dia 15.5.68 — Publicação do parecer; e

Dia 22.5.68 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

Prazo: Início: 17.4.68 — Término: 27.5.68

2

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1968 (CN), que "dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação"

Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

Relator: Deputado Doin Vieira.

Dia 14.5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

Dia 17.5 — Apresentação do parecer, pela Comissão.

Dia 18.5 — Publicação do parecer; e Dia 23.5 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta às 9,00 horas.

Prazo: Início: 23.4.68, e término: 2.6.68.

3

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 15 de 1968 (CN), que "institui o sistema de sublegendas e dá outras providências"

Presidente: Deputado Manoel Vilela.

Relator: Deputado Raymundo Brito.

Dia 15.5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 21.5 — Apresentação do parecer;

Dia 22.5 — Publicação do parecer; e

Dia 28.5 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21 horas.

Prazo: Início: 25.4.68. Término: 4.6.68.

4

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de emenda à Constituição nº 1, de 1968 (CN) que "dá nova redação ao Artigo 100 da Constituição do Brasil (Aposentadoria dos Funcionários Públicos)"

Presidente: Senador Adalberto Sena.

Relator: Deputado Raimundo Parente.

Dia 15.5 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21,30 horas (primeira discussão).

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de emenda à Constituição nº 2, de 1968 (CN), que "suprime o art. 58 e seu parágrafo único da Constituição"

Presidente: Deputado Ulysses Guimarães.

Relator: Deputado José Lindoso.

CALENDÁRIO

Dia 16.5.68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas (primeira discussão).

6

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de emenda à Constituição nº 3, de 1968 (CN) que "suprime o inciso I do Art. 63 da Constituição, e dá outras providências"

Presidente: Senador Nogueira da Gama.

Relator: Senador Antonio Carlos

CALENDÁRIO

Dia 21.5.68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas (primeira discussão).

7

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de emenda à Constituição nº 5, de 1937 (CN) que "arrescota um item do Art. 45 um parágrafo ao Art. 161 e altera a redação do Art. 150 da Constituição"

Presidente: Senador Fernando Collor.

Relator: Deputado Wilson Martins

CALENDÁRIO

Dia 14.5.68 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas (primeira discussão).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de Adoçantes Artificiais na Alimentação Popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da Agro-Indústria Canieira.

Presidente: Senador Milton Campos.

Relator: Deputado Pedroso Horta.

Relator Substituto: Deputado Brito Vieira.

CALENDÁRIO

Assunto: Depoimentos: 16,00 horas: Professor Ribeiro do Vale, Professor de Farmacologia da Escola Paulista de Medicina — 21,00 horas: Professor Laura Soreto Professor de Farmacologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dia 14.5.68 — Reuniões da Comissão.

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Hora: 16,00 e 21,00 horas.

Assunto: Depoimentos: 16,00 horas: Professor Adriano Pondé, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia — 21,00 horas: Professor Nelson Chaves, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Dia 15.4.68 — Reuniões da Comissão.

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Hora: 21,00 horas.

Assunto: Depoimento: — 21,00 horas: Professor Renato Woisky, Professor de Pedagogia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Dia 16.5.68 — Reuniões da Comissão

Local: Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Horas: 16,00, 17,00 e 21,00 horas.

Assunto: Depoimentos: 18,00 horas;
Dr. Antonio Manoel de Carvalho,
Presidente da Associação Brasileira
de Indústrias de Alimentação — 17,00
horas; Dr. Cristóvão Lisandra, Pre-
sidente da Cooperativa dos Usineiros
do Estado do Rio de Janeiro — 21,00
horas; Dr. Ricardo Pessoa da Quei-
roz, Presidente da Cooperativa dos
Usineiros do Estado de Pernambuco.

Dia 23.5.68 — Reuniões da Comis-
são.

Local: Sala da Comissão de Rela-
ções Exteriores do Senado Federal.

Horas: 16,00 e 21,00 horas.

Assunto: Depoimentos: 16,00 horas;
Dr. Walter Silva, Presidente da Co-
missão Nacional de Alimentação do
Ministério da Saúde — 21,00 horas;
Dr. Lúcio Vasconcellos Costa, Chefe
do Serviço Nacional de Fiscalização
de Medicina e Farmácia, do Minis-
tério da Saúde.

COMISSÃO MISTA NA FORMA DO
ART. 20, LETRA b, DO RECI-
PIENTE DO COMITÊ

Comissão Mista para estudo dos Pro-
blemas farmacêuticos e seu reflexo
na Economia Nacional.

Presidente: Senador Fernando Cor-
reia.

Relator: Deputado Bruno da Sil-
veira.

Dia 14.5.68 — Reunião da Comis-
são.

Local: Sala da Comissão de Relo-
ções Exteriores do Senado Federal;

Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do Dr. Ar-
mando Mascarenhas — Secretário de
Agricultura da Guanabara.

Dia: 13.5.68 — Reunião da Comis-
são;

Local: Sala da Comissão de Relo-
ções Exteriores do Senado Federal;

Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do General
Eduar Bentes Monteiro — Superinten-
dente do SUDENE.

Dia 15.5.68 — Reunião da Comis-
são;

Local: Sala da Comissão de Finan-
ças do Senado Federal;

Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do Dr. César
Reis Cantanhede de Almeida — Pre-
sidente do IBRA.

Dia 21.5.68 — Reunião da Comis-
são;

Local: Sala de Reuniões da Comis-
são de Finanças do Senado Federal;

Hora: 21,00 horas; e

Assunto: Depoimento do Dr. Jerô-
nimo Dix Hui Rosado Maia — Pre-
sidente do INDA.

Projetos em tramitação no Senado que
deverão receber emendas perante as
Comissões.

I

Projeto de Lei da Câmara número
58, de 1968 (nº 1.162-68, na Casa de

origem), que reajusta os vencimentos
dos servidores da Secretaria e dos
Serviços Auxiliares do Tribunal de
Justiça do Distrito Federal e dá ou-
tras providências.

Dias: 8, 9, 10, 13 e 14.5.68 apre-
sentação de emendas perante as Co-
missões.

II

Projeto de Lei da Câmara núme-
ro 63 de 1968 (nº 1.164-68, na Casa
de origem) que concede pensão espe-
cial ao Professor Robert Jeachimovits.

Dias: 8, 9, 10, 13 e 14.5.68 apre-
sentação de emendas perante as Co-
missões.

O SR. PRESIDENTE:

Guilherme Mondim — Está encerrada
a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 ho-
ras e 5 minutos.)

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)

2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)

1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)

2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)

3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)

4º Secretário — Cássio Pinheiro (ARENA — PA)

1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)

2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)

3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)

4º Suplente — Raul Gluberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Lider — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Lider — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Domicio Gondim
Paulo Torres
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
José Guimard
Adolpho Franco
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
Josaphat MarinhoJosé Ermírio
Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco

MDB

José Ermírio
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Antônio Carlos
Melo Braga
Arnon de Mello
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
Mário MartinsPessoa de Queiroz
Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Paulo Sarasate
Clodomir Muet

SUPLENTE

Alvaro Maia
Lobato da Silveira
Benedicto Valladares
Arnon de Mello
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Adolfo Franco
Filinto Müller
Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Edmundo LeviArthur Virgílio
Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Eurico Rezende
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Muet
Manoel Villaza
Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Melo Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Adalberto SennaBezerra Neto
Oscar Passos
Sebastião Arche

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Siegfredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião ArcherJosé Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Siegfredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
Antônio BalbinoRuy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo TorresJosé Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Meneres Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio LeiteLobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio VillelaJúlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio LeiteCelso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos LindenbergJosé Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes PimentelTeotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho PintoJosé Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo LeviSecretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES****SUPLENTE**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da SilveiraFilinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.